



APONTAMENTOS DE INTRODUÇÃO SOBRE O PROBLEMA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Introductory Notes on the Problem of Philosophy of Language

Aluísio Miranda von Zuben¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apontar alguns problemas lógicos ilustrativos das dificuldades que a linguagem pode acarretar, quando aplicada a propósitos científicos, para justificar o surgimento da filosofia da linguagem. Os comentários aqui realizados, porém, se restringem à tradição da lógica clássica, destacando as contribuições de Aristóteles, Leibniz e Frege. Mas busca-se mostrar também que, posteriormente, houve uma grande elevação da complexidade das questões envolvidas, dado o aprofundamento do vínculo da lógica com a matemática.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da Linguagem; Lógica; Aristóteles; Leibniz; Frege.

ABSTRACT: This paper aims to highlight some illustrative logical problems that arise from the challenges language can pose when applied to scientific purposes, in order to justify the emergence of the Philosophy of Language. The comments made here, however, are limited to the tradition of Classical Logic, emphasizing the contributions of Aristotle, Leibniz, and Frege. It also seeks to demonstrate that, subsequently, there was a significant increase in the complexity of the issues involved, given the deepening connection between Logic and Mathematics.

KEYWORDS: Philosophy of Language; Logic; Aristotle; Leibniz; Frege.

Este artigo objetiva apontar alguns problemas lógicos ilustrativos das dificuldades que a linguagem pode acarretar, quando aplicada a propósitos científicos, para justificar o surgimento da Filosofia da Linguagem. Os comentários vão se restringir à tradição da lógica clássica, destacando as contribuições de Aristóteles, Leibniz e Frege. Posteriormente houve uma grande elevação da complexidade das questões envolvidas, dado o aprofundamento do vínculo da lógica com a matemática. Será prudente lembrar

¹ Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e professor emérito de filosofia da Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). E-mail: mvonzuben@yahoo.com.br

a observação de Frege em seu artigo: *As fontes de conhecimento em matemática e em ciências naturais matemáticas*, de 1924, um ano antes de sua morte: “Um filósofo que não tenha nenhuma familiaridade com a geometria é apenas um meio filósofo; e um matemático que não tenha nenhuma veia filosófica é apenas um meio matemático. Essas disciplinas se afastam uma da outra em detrimento de ambas”². Lendo isso é inevitável lembrar-se da velha advertência vestibular da Academia: “Não entre aqui quem não souber Geometria”.

A Geometria pode ser tomada como a primeira forma desenvolvida da linguagem filosófica. Não se olvide que o primeiro filósofo foi também o primeiro homem a, no Ocidente, fazer a previsão de um eclipse: Tales de Mileto. É verdade que neste período o que se objetivava era o desenvolvimento da Física muito mais do que da Filosofia³.

A primeira observação a fazer é quanto a ser a linguagem o meio de expressão do pensamento e isso é tanto mais relevante para nós, se lembrarmos de que o pensamento é o único autêntico instrumento da Filosofia. O filósofo investiga pensando, não mensurando, como é próprio aos cientistas. Uma Filosofia nunca tem nada a mostrar senão sua própria argumentação, não há nela nenhum cabedal de dados físicos, naturais ou sociais, para revelar o fundamento de seu conhecimento, seu saber é sempre pertinente a algo inteligível, mas não sensível. Mesmo quando a filosofia se dedica ao âmbito físico, logo põe em dúvida a suposta realidade dos objetos materiais questionando-se a respeito de sua relação com as sensações a ponto de levantar suspeitas do que possa parecer mais evidente, como é exemplo o questionamento de Russell e, recordemos, um filósofo avesso ao idealismo:

Há uma mesa, de fato, possuidora de uma certa natureza intrínseca, a qual continua em sua existência quando eu deixo de olhar para ela, - ou é ela um produto da imaginação? Ou é uma mesa de simples sonho, entretecida num sonho que se prolonga muito? ⁴

A linguagem tem assim, como primeira função para a Filosofia, dar “sensibilidade” ao pensamento permitindo que, por meio de seus signos, ele seja expresso. Mas para que isso possa se efetivar deve-se supor haver correspondência entre pensamento e linguagem.

O pensamento filosófico precisa apreender o ser da realidade e a linguagem precisa poder expressar isso. Da efetiva possibilidade deste empreendimento, decorre o problema da verdade e falsidade denunciada pela filosofia dos gregos e formulada, de modo mais

² FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 224.

³ BORNHEIM, G. A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 22.

⁴ RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Coimbra: Arménio Amado, 1980, p. 43.

acabado, pelas palavras de Aristóteles em seu livro IV da *Metafísica*: “Dizer que o que é não é, ou que o que não é é, é falso, mas dizer que o que é é, e que o que não é não é, é verdadeiro”⁵.

Três ordens de questões se apresentam frente à afirmação de Aristóteles: verdadeiro e falso são atributos do que se diz, do que se pensa, ou do que seja o ser?

Como se sabe, o problema quanto a algo ser ou não, levou Aristóteles a formular sua teoria do ato e potência, que possibilitou explicar que o ser se apresenta como efetivado ou como a possibilidade dessa realização. Levou também a conceber o ser como substancial, dotado de matéria e forma como dois princípios justificadores da possibilidade e da atualidade, já mencionados, e cuja atualização ainda exigiu formular a teoria das quatro causas. Assim, verdade e falsidade não são atributos do ser, seus atributos são antes os modos de existir como atual ou como possível.

Quanto às duas outras ordens de questões, a verdade do que se diz e do que se pensa, mereceram, por parte de Aristóteles, o desenvolvimento de sua teoria das categorias. Por ela o filósofo procurou explicar nossa possibilidade de pensar e falar do ser. Significativamente, esta teoria não distinguiu claramente o que seja próprio ao pensar e ao falar, o que é revelador da confusão existente entre o pensamento e a linguagem⁶.

A Teoria das categorias substitui a teoria platônica das ideias, refutada por Aristóteles por meio do conhecido “argumento do terceiro homem”⁷. Ela supõe a existência de uma estrutura lógica entre mundo, pensamento e linguagem, constituída por aquilo a que Aristóteles denominou “categoria” e que corresponde ao termo latino “predicado”. De modo incerto, obscuro e, como afirmou Kant, episódico, Aristóteles estabeleceu dez predicados, ou categorias, sendo elas: Substância, quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, ação, paixão, condição e posição⁸.

A relevância histórica dessa teoria é ter sido apresentada, pela primeira vez na história da filosofia ocidental, a necessidade de se conceber uma estrutura lógica comum ao mundo, ao pensamento e à linguagem, como condição de possibilidade destes âmbitos e mais especificamente da garantia do conhecimento. Podemos, a partir dessas observações, notar que a relação entre filosofia e linguagem se manifestou, na origem da

⁵ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Bauru: Edipro, 2006, p. 125.

⁶ HOFFE, O. *Aristóteles*: Introdução. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 165.

⁷ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Bauru: Edipro, 2006, p. 68.

⁸ ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru: Edipro, 2010, p. 41.

filosofia, como relação entre ser e pensar, cumprindo à linguagem apenas a função secundária de meio de expressão.

A verdade, por seu turno, se apresenta como atributo do que se pensa e do que se diz, uma vez que somente é possível pensar o ser, então, ao dizer-se o ser, por meio da ligação lógica estrutural preexistente entre o ser e o pensamento, a verdade, ou seu correlato, a falsidade, exsurge da correspondência categorial entre realidade, pensamento e linguagem.

Na ordem do mundo o ser se manifesta como categoria. Há, portanto, dez meios da realidade se apresentar, mas, dentre estes, existe uma drástica oposição, a da substância frente às demais categorias, o que define a relação substância-inerência, fundamentada na independência do que seja substancial, em contraste com a dependência de tudo mais. Mas esta suposta independência parece ser muito mais de natureza semântica do que ontológica. Tomemos um exemplo, para ilustrar, por meio da análise da frase seguinte: “Sócrates foi um filósofo, mestre de Platão, que viveu no V século a.C., em Atenas, onde lutava com um grupo de sofistas, mas foi condenado e terminou morto, deitado em seu cárcere”.

A cada termo da frase deve corresponder uma categoria: ‘Sócrates’, substância; ‘filósofo’, qualidade; ‘mestre de’, relação; ‘no século V a.C.’, tempo; ‘em Atenas’, lugar; ‘lutava com’, ação; um grupo, quantidade; ‘foi condenado’, paixão; ‘terminou morto’, condição; ‘deitado’, posição. Há outros termos não referidos porque pertencentes a alguma categoria já exemplificada, como: ‘Platão’, que é substância; ‘os sofistas’, qualidade; ‘em seu’, condição; e ‘cárcere’, lugar.

Há termos que são exemplos de mais de uma categoria, ao mesmo tempo, como ‘lutava com’, que é tanto ação como relação. Uma frase como esta parece ser uma sequência de nomes de coisas, cada qual, um exemplo de uma ou mais categorias (termos categoremático)⁹. Mas nela também encontramos termos que parecem não referir coisa alguma como: ‘foi’, ‘de’, ‘que’, ‘no’, ‘em’, ‘com’, ‘os’, ‘mas’, ‘e’. Tais termos parecem servir apenas para ligar os nomes e assim formar frases que, por sua vez, podem ser ligadas a outras frases (termos sincategoremáticos)¹⁰.

Como se sabe, uma proposição, ou sentença, foi definida por Aristóteles, em *Da Interpretação*, como sendo composta por sujeito, verbo e predicado, onde o verbo desempenha a função lógica de ligar o termo sujeito ao termo predicado, sendo, por isso,

⁹ HEGENBERG, L. *Dicionário de lógica*. São Paulo: E.P.U., 1995, p. 25.

¹⁰ HEGENBERG, L. *Dicionário de lógica*. São Paulo: E.P.U., 1995, p. 199.

chamado de cópula¹¹. Outros termos como ‘e’ e ‘mas’, têm a função de ligar sentenças, embora não nomeiem coisa alguma, assim como o sinal da vírgula, do que se verifica que a linguagem parece ter suas próprias condições, nem sempre em correspondência com a estrutura do mundo.

A suposta independência da substância decorre mais de uma condição de linguagem do que da constituição ontológica do mundo. O termo ‘Sócrates’ parece significar por si mesmo, na medida em que refere um singular, uma pessoa que não confundimos com nada mais. Mas essa independência do termo não corresponde à independência das pessoas no mundo, como Sócrates, pelo simples fato de estarem no mundo.

Uma condição comum ao mundo e à linguagem deve ser puramente lógica, o que se define, na linguagem, como sendo sua estrutura sintática e, no mundo, como sendo sua estrutura metafísica. Dessa forma, a lógica garante a correspondência entre mundo e linguagem, sendo mesmo o fundamento da dimensão semântica na qual, verdade e falsidade, são atributos das proposições.

Considerando esses aspectos a linguagem se nos é dada tanto como meio quanto como obstáculo do pensamento. A teoria de Aristóteles representa, no transcurso da filosofia, a compreensão de que a linguagem é tanto veículo quanto obstrução do pensamento, pois por seu meio podemos realizar raciocínios válidos, quando há, então, acréscimo do conhecimento, mas também forjar sofismas. Para estabelecer as formas do pensamento que assegurem a validade da inferência, Aristóteles desenvolveu sua pesquisa da Analítica. Trata-se de uma investigação de lógica e linguagem indistintamente, por se analisar o pensamento por meio dos signos da linguagem. Isto trouxe grandes dificuldades para Aristóteles e resultados nem sempre satisfatórios e, como se não bastasse, acarretou também consequências indesejáveis para outras áreas de sua filosofia, a exemplo de sua teoria das categorias.

O fato de Aristóteles ter usado as noções de “sujeito” e “predicado” como elementos constituintes de sua lógica, impediu sua visibilidade da estrutura profunda da sintaxe lógica do pensamento. Acarretando também consequências prejudiciais à sua ontologia. A relação de substância e inerência, característica de sua doutrina das categorias, é resultante do modelo sujeito-predicado extraído da gramática da linguagem¹². A independência atribuída à substância reflete, na sentença, ser um objeto o referente do

¹¹ ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru: Edipro, 2010, p. 83.

¹² KNEALE, W e KNEALE, M. *O Desenvolvimento da lógica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1962, p. 35.

termo que ocupa o lugar de sujeito. A dependência das demais categorias deriva, por sua vez, de corresponderem aos nomes que ocupam o lugar do termo predicado na frase, observe-se o esquema:

Proposição	SÓCRATES	É	FILÓSOFO
Função lógica dos termos	sujeito	cópula	predicado
Ontologia	objeto		atributo
Estrutura Metafísica	substância		inerência

A proposição “Sócrates é filósofo” se constitui por dois termos ligados pela cópula expressa pelo sinal “é”. O termo “Sócrates” denota uma substância e o termo “filósofo” denota uma qualidade. Sócrates é um ser singular que dá “suporte” para que “sobre” ele possam inerir todas as demais categorias cuja existência está condicionada pela presença do ser substancial. Assim como os predicados dependem, para ter sentido, do sujeito na frase, as categorias dependem, para existir, da substância no mundo. Portanto, na ontologia aristotélica, se no mundo deixasse de existir todas as coisas substanciais, o próprio mundo desapareceria, uma vez que o sistema de categorias não teria como subsistir por si mesmo na inexistência das substâncias.

O que desagrade Aristóteles, em seu modelo linguístico ontológico, é o fato da possibilidade de termos ocuparem o lugar de sujeito, embora não denotando um objeto singular, como em “o homem é racional”. Sua solução foi asseverar que estas são frases indeterminadas por carecerem de um quantificador, seja “todo” ou “algum”. No primeiro caso não haveria necessidade de um objeto por ser o predicado parte da substancialidade do sujeito, como ocorre em “todo homem é racional”. Já no segundo caso Aristóteles reconhece que há implicação de existência, pois afirmar “algum filósofo é grego” implica a existência de ao menos um indivíduo como portador das duas qualidades¹³. Contudo, a solução proposta por Aristóteles o levou, assim como a lógicos escolásticos, tomar como válidas inferências inválidas, a exemplo dos modos de terceira figura Darapti e Felapton, em que o termo médio tem posição de sujeito em ambas as premissas¹⁴.

¹³ COPI, I. M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978, p. 156 ss.

¹⁴ Esta é uma questão problemática da qual nos servimos para ilustrar discrepâncias das perspectivas lógicas, a aristotélica e a clássica, sem pretender avaliar o mérito das divergências, por ultrapassar nosso objetivo imediato, tal como exposto na tradicional obra de MARITAIN, J. *Elementos de Filosofia II: A Ordem dos Conceitos. Lógica Menor*. Rio de Janeiro: Agir, 1972, p. 248 ss.

Para facilitar a verificação da não validade dos modos mencionados, observemos por meio dos diagramas de Venn. As premissas do modo Darapti, como indicado pelas vogais, são afirmativas universais e a conclusão é afirmativa particular. Os lógicos escolásticos, aplicando as regras de extensão de termos, reconheceram como um modo válido a conclusão particular inferida de premissas universais. Por exemplo:

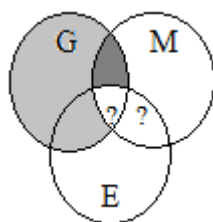
Todo grego é mediterrâneo.

Todo grego é europeu.

Logo, algum europeu é mediterrâneo.

Para que a extensão de “europeu” na conclusão não ultrapasse a extensão que tem na premissa, o quantificador universal “todo” foi substituído pelo quantificador existencial “algum”. Os lógicos aristotélicos assim pensam ter resolvido o argumento. Mas por meio do diagrama de Venn se constata a ausência de um existente na região comum entre a extensão dos conceitos, indicada pelo sinal ‘?’ apenas para enfatizar, uma vez que ele não faz parte da representação adotada por esta notação. A referida ausência significa a impossibilidade da solução pretendida.

Considere-se ‘G’ significando “grego”, ‘M’, “mediterrâneo” e ‘E’, “europeu”.



O mesmo vale para o modo Felapton, em que as vogais indicam no antecedente do argumento duas premissas universais, uma negativa e outra afirmativa, derivando-se uma conclusão particular negativa cuja implicação de existência novamente não aparece indicada. Verifique-se a partir do exemplo seguinte:

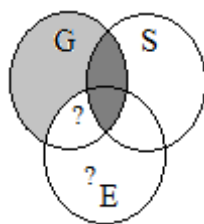
Nenhum grego é sul americano.

Todo grego é europeu.

Logo, algum europeu não é sul americano.

Para os escolásticos o uso do quantificador existencial “algum” na conclusão deveria reduzir a extensão do termo “europeu” de modo a não se mostrar maior que na premissa, tal como o exige a regra, mas novamente por meio da notação dos diagramas a falácia formal ocultada é exibida.

Considere-se ‘S’ significando “sul americano”, ‘G’, “grego” e ‘E’, “europeu”.



Os dois sinais ‘?’, que não obedecem à notação padrão, estão ressaltando a inexistência de ao menos um indivíduo nas regiões em que, existindo, o argumento seria válido.

No século XVII o filósofo matemático Leibniz reconheceu a necessidade de ser inventada uma linguagem artificial para expressar adequadamente o pensamento e cuja função principal seria permitir o desenvolvimento da investigação da filosofia. Assim como a geometria progrediu por meio das notações de simbolismo matemático, também a filosofia deveria ser gerada por uma linguagem específica a que ele chamou de *Characteristica universalis*, termo que pode ser traduzido por “notação universal”¹⁵. A dificuldade para a criação de um simbolismo dessa natureza se deve à obscuridade pertinente às operações lógicas profundas, cuja identificação é muitas vezes obstruída pela linguagem natural, que as oculta. Mesmo sem os recursos almejados, Leibniz pôde identificar a real estrutura lógica de proposições universais, aparentemente simples e categóricas, por exemplo, em “todo homem é racional”, como sendo hipotéticas, assumindo a forma correspondente a “se algo é homem, então é racional”.

A demora na invenção de sinais para operações matemáticas e para representar números, revela a dificuldade de o espírito libertar-se de conceitos ou preconceitos. Os diferentes povos usaram notações numéricas que não permitiam que se tornassem instrumentos de cálculo. Gregos e romanos usaram letras de seu alfabeto para registrar números, mas precisavam manipular pedras nas operações aritméticas, razão essa de tais operações serem chamadas de contas, nome dos elementos do ábaco, o aparelho de calcular da época.

Quando Leibniz inventou o cálculo ele assim o chamou por ser o termo latino para as pedras usadas nas operações matemáticas. Os hindus desenvolveram os primeiros símbolos de posição para representar números, inspirando-se no ábaco, onde há colunas para unidade, dezena, centena, etc. A mesma pedra, ao ser deslocada de posição, simboliza uma quantidade dez vezes maior ou menor, conforme a direção de seu

¹⁵ ALCOFORADO, P. Introdução. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 16.

movimento. Seu sistema numérico atende o mesmo princípio, como é hoje praticado em todo mundo.

A partir do ano 400 os numerais indianos já eram amplamente usados, mas ainda não havia o sinal para o zero, que somente foi criado 476 anos depois, em 876. Essa demora deve-se ao fato dos sinais representarem quantidades e não ser o zero uma quantidade. Outros sinais matemáticos nasceram primeiramente como letras iniciais da palavra que nomeava sua operação.

Assim são exemplos, do séc. XV, os sinais ‘p’ e ‘m’ para *plus* (mais) e *minus* (menos) que, mais tarde, são substituídos pelos sinais ‘+’ e ‘-’, originalmente usados por comerciantes alemães para marcar as sacas de cereais com maior ou menor peso do que o devido. A palavra *aequalis* (igual) foi substituída no séc. XVI pelo sinal ‘~’ e depois por duas longas paralelas, pois nada poderia representar melhor a igualdade do que duas linhas paralelas de mesmo comprimento, mas o uso foi encurtando os traços resultando no sinal atual ‘=’. Descartes inventou o sinal para raiz ‘ $\sqrt{}$ ’ inspirado na letra ‘r’. Gauss substituiu o ‘xx’ por ‘ x^2 ’¹⁶.

Apesar dos esforços, algo próximo ao ideal da linguagem que garantiria a validade dos argumentos filosóficos, somente foi criado em 1879 com a publicação da Conceitografia (*Begriffsschrift*) de Frege. Os sinais de conectivos lógicos de negação ‘ $\neg$ ’, conjunção ‘ $\wedge$ ’, disjunção ‘ $\vee$ ’, condicional ‘ $\rightarrow$ ’ e bicondicional ‘ $\leftrightarrow$ ’, permitiam a visibilidade de operações lógicas.¹⁷ A simbologia de Frege pretendeu mostrar coisas invisíveis na linguagem natural, como o caráter verídico de uma asserção e a procedência derivativa de uma afirmação inferida.

Quando alguém diz algo totalmente inesperado, por exemplo, diz ter visto uma pessoa já tida como morta por estar desaparecida há décadas, é comum ela se ver obrigada, diante da reprovação de sua “piada sem graça”, a dizer: “é sério, estou falando sério”. Frege propôs indicar a verdade de uma frase P antepondo a ela um traço ‘-’. Mas se a frase foi derivada da relação entre premissas, como ocorre na conclusão de um silogismo, essa inferência deveria ser indicada por uma barra ‘|’, o traço de juízo¹⁸.

Assim Frege acabou criando o sinal hoje chamado de “martelo sintático” ‘ $\vdash$ ’, que simboliza a inferência de uma asserção, de modo que o sinal ‘ $\vdash P$ ’ representa que P

¹⁶ STEWART, I. *Em busca do infinito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 55-57.

¹⁷ Na verdade, a notação proposta por Frege não é esta que acabou sendo adotada, pois, a conceitografia, embora seja mais precisa, não é tão cômoda. Para verificar como é a notação conceitográfica consultar FREGE, G. *Conceitografia*. Rio de Janeiro: Faperj; Edur; NAU, 2019.

¹⁸ FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 73.

derivou validamente de premissas e a afirmação de P é verdadeira. Adota a notação para a generalidade, hoje chamada de quantificador universal ‘ $\forall$ ’ e de quantificador existencial ‘ $\exists$ ’. A criação da notação de quantificador trouxe enorme avanço para a lógica e pode ser considerada o maior acréscimo entre tantos feitos por Frege, segundo opinião de alguns lógicos de relevância¹⁹, bem como o caso das contribuições para a teoria semântica da linguagem com a distinção entre sentido e referência e, ainda, por substituir a noção aristotélica de sujeito e predicado por argumento e função. Não podemos agora, em razão do tempo disponível, explicar essas inovações, mas nos será permitido ilustrar com exemplos, algumas drásticas alterações de compreensão de antigos problemas filosóficos por suas aplicações.

Já comentamos o desagrado de Aristóteles ao constatar que um mesmo termo tanto poderia assumir o lugar de sujeito como o de predicado, tal como no exemplo dado “o filósofo é grego”. Segundo Frege nesta sentença não há senão a subordinação de um conceito, ou classe, a outro e, portanto, nela não há um objeto singular a que Aristóteles chamava ‘sujeito’, tal como ocorre na sentença ‘Sócrates é filósofo’. Por meio de uma notação adequada isso pode tornar-se visível²⁰. Classes são funções cuja natureza é conceitual e são simbolizadas por letras maiúsculas.

Objetos singulares são simbolizados por letras minúsculas e conceitos por letra maiúscula, assim, “Sócrates é filósofo” é notado como ‘Fs’. Isto indica uma operação lógica onde um objeto cai sob um conceito, ou seja, Sócrates tem as propriedades que permitem o incluir na classe de coisas filósofo, o que é verdadeiro. Já a frase “o filósofo é grego” não tem objeto, o que fica visível pela notação ‘ $\exists x(Fx \wedge Gx)$ ’ que se lê: “existe uma coisa x tal que essa coisa pertence à classe filósofo e à classe grego, ao mesmo tempo”. O sinal ‘x’ mostra que não há um algo definido como objeto. Uma sentença como “todo homem é racional” é notada da forma seguinte: ‘ $\forall x(Hx \rightarrow Rx)$ ’, que se lê: “para todo x, se x é da classe homem, então x é da classe racional” ou, de modo mais como Frege parece preferir, “para todo x, se x cai sob o conceito homem, então x cai sob o conceito racional”. Como ‘x’ representa um lugar vazio, os conceitos permanecem incompletos não ausência de objetos autênticos e, assim, apenas há a subordinação do conceito “homem” ao conceito “racional”.

A notação revela que a frase não é categórica, como afirmavam os lógicos aristotélicos, mas condicional, conforme já havia sido observado por Leibniz. Mas o mais interessante

¹⁹ QUINE, W. O. *O sentido da nova lógica*. Curitiba: UFPR, 1996, p. 71.

²⁰ FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 162.

é a consequência semântica que ela apresenta. Por carecer de um objeto a sentença não constitui um pensamento completo, não se converte numa proposição e, desse modo, não é possível determinar seu valor de verdade, ou seja, não podemos atribuir nem verdade nem falsidade a ela.

Por outro lado, o verbo ‘é’ não tem função de cópula apenas, como em “Sócrates é filósofo”, mas pode ter outros significados, acarretando grandes confusões semânticas. Tomemos como exemplo a frase já citada de Aristóteles:

“Dizer que o que é não é, ou que o que não é é, é falso, mas dizer que o que é é, e que o que não é não é, é verdadeiro.”²¹

O sinal ‘é’ aparece dez vezes e em nenhuma vez tem função de cópula. Na maior parte de suas ocorrências significa ‘existe’, o que se demonstra por substituição:

“Dizer que o que existe não existe, ou que o que não existe existe, é falso, mas dizer que o que existe existe, e que o que não existe não existe, é verdadeiro.”

Nos outros dois casos restantes o sinal ‘é’ representa uma igualdade, observe-se pela substituição pelo sinal ‘=’:

“Dizer que o que existe não existe, ou que o que não existe existe, = falso, mas dizer que o que existe existe, e que o que não existe não existe, = verdadeiro.”

Ainda o sinal ‘é’ pode ser usado para simbolizar uma definição e não uma igualdade como, por exemplo: “estrela é um astro com luz própria”. Neste caso os lógicos usam o sinal ‘=df’ como se segue: “estrela =df um astro com luz própria”.

Russell lamentou profundamente estes diferentes empregos de “é” como sendo uma “desgraça para a raça humana”²².

O termo ‘existência’ também provoca confusão, pois a existência foi muitas vezes considerada uma propriedade do ser. Neste sentido é famoso seu uso no argumento ontológico da existência de Deus, cuja afirmação fundamental, apresentada de modo bastante simples, apenas para exemplificar, diz: “o Ser máximo é perfeito, portanto, existe”.

Esta sentença pode ser simbolizada da forma seguinte: $\exists a((Sa \wedge Pa) \rightarrow Ea)$

²¹ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Bauru: Edipro, 2006, p. 125.

²² RUSSELL, B. *Introdução à filosofia matemática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 205.

e que se lê como: “Existe ao menos uma coisa definida ‘a’, tal que se essa coisa tem a propriedade de ser máximo – ‘S’ – e tem a propriedade da perfeição – ‘P’ –, então essa coisa ‘a’ tem a propriedade da existência – ‘E’ ”.

Ora, a ‘existência’ aparece na fórmula tanto como o quantificador existencial ‘ $\exists a$ ’ como a propriedade da existência ‘Ea’. Mas se existência é um quantificador, então não é uma propriedade e o argumento é falacioso por supor aquilo que procura demonstrar, apresentando-se como petição de princípio.

O termo ‘existe’ também apresenta problemas semânticos nas asserções que negam a existência de seres não existentes como, por exemplo: “Centauros não existem”. Simbolicamente a sentença se expressa como: $\exists x(Cx \wedge \neg Ex)$.

A fórmula pode ser traduzida como: “Existe ao menos uma coisa x tal que, x é um centauro e x não existe”.

É patente o absurdo em que a linguagem incorre quando, para negar a existência de um não existente, previamente a sua existência é afirmada. Por esses exemplos podemos perceber a complexidade dos problemas filosóficos decorrentes do mau uso da linguagem, o que parece sugerir que os problemas da filosofia são originados pelo desrespeito à sintaxe lógica da linguagem.

Se para os filósofos gregos a linguagem era mero meio de expressão do conhecimento do ser, hoje ela tornou-se o meio privilegiado de sua investigação cujo acesso não é dado diretamente. Tomemos o exemplo do uso do termo “necessidade” para ilustrar. A palavra “necessário” faz parte do vocabulário modal, assim como “possível”, “impossível” e “contingente”. Tais termos podem provocar muita confusão de linguagem com aparência de problemas filosóficos. Considere-se a frase: “Diógenes foi um filósofo do século IV a.C., em Atenas, solteiro, pobre e que desprezava os padrões de moralidade comparando-se a um cão, o que lhe valeu o epíteto de cínico”.

Se Diógenes era solteiro, então ele era necessariamente não-casado (*de dicto*). Mas Diógenes poderia ter se casado. Logo, Diógenes não era necessariamente não-casado, mas possivelmente não-casado (*de re*).

Há uma contradição entre ser Diógenes necessariamente não casado, uma vez que ser solteiro é ser não casado, e o fato de que Diógenes poderia ter se casado, pois essa é uma possibilidade afeta a todas as pessoas. Para evitar esse tipo de contradição, os lógicos distinguiram o uso *de re* e *de dicto* do termo “necessário”. Quando se diz que Diógenes é necessariamente não casado, posto que é solteiro, a necessidade decorre do que se diz, *de dicto*, porque o conceito “solteiro” é definido como “não casado”. Mas isso não qualifica

o objeto referido por “Diógenes”, um homem que, como qualquer outro, não é necessariamente solteiro, mas possivelmente solteiro, porque esse é um estado contingente da pessoa de Diógenes. O termo “necessário” não se aplica ao objeto, seu uso é *de dicto*, logo, o termo “necessário” aplica-se apenas a proposições e não a pessoas e coisas.

Há muitos exemplos a serem elencados, mas julgamos que estes são suficientes para justificar nossa afirmação quanto ser a linguagem tanto veículo como obstáculo para a comunicação, razão da atenção que sua investigação despertou principalmente a partir do ideal de Leibniz da *Characteristica universalis*, e de sua efetivação com a Conceitografia de Frege, essencial para subsidiar as reflexões concernentes ao tema, no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein²³.

Referências

- ALCOFORADO, P. Introdução. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Bauru: Edipro, 2006.
- ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru: Edipro, 2010.
- BORNHEIM, G. A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- COPI, I. M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FREGE, G. *Conceitografia*. Rio de Janeiro: Faperj; Edur; NAU, 2019.
- HEGENBERG, L. *Dicionário de lógica*. São Paulo: E.P.U., 1995.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HÖFFE, O. *Aristóteles: Introdução*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- KNEALE, W e KNEALE, M. *O Desenvolvimento da Lógica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1962.
- MARITAIN, J. *Elementos de Filosofia II: A Ordem dos Conceitos. Lógica Menor*. Rio de Janeiro: Agir, 1972.
- QUINE, W. O. *O sentido da nova lógica*. Curitiba: UFPR, 1996.

²³ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.

RUSSELL, B. *Introdução à filosofia matemática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Coimbra: Arménio Amado, 1980.

STEWART, I. *Em busca do infinito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.